

# SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO .....</b>	<b>9</b>
--------------------------------------	----------

## **CAPÍTULO I**

### **DISCIPLINA CONSTITUCIONAL DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....**

<b>1. Os princípios Gerais Constitucionais.....</b>	<b>11</b>
1.1. Competência tributária.....	11
1.2. Reserva de Lei Complementar e o papel do CTN.....	14
<b>2. Da autonomia dos Municípios e das limitações ao poder de tributar – Princípios e Imunidades.....</b>	<b>17</b>
<b>3. Das Disposições Constitucionais relativas aos Impostos Municipais .....</b>	<b>22</b>
3.1. IPTU.....	22
3.1.1. Progressividade do IPTU.....	23
3.1.2. Alíquotas diferenciadas do IPTU .....	25
3.1.3. Legitimidade passiva do promitente comprador.....	26
3.2. ITBI.....	26
3.2.1. Da hipótese de imunidade do ITBI nas transferências societárias	26
3.2.2. Imunidades da transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.....	28
3.3. ISS .....	28
3.3.1. ISS e matérias reservadas à legislação complementar .....	28
3.3.2. Isenção heterônoma do ISS.....	30
<b>4. Da repartição das receitas tributárias – Referentes aos Municípios .....</b>	<b>33</b>

## **CAPÍTULO II**

### **IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA -ISS .....**

<b>1. Brevíssimo histórico.....</b>	<b>41</b>
<b>2. O ISS na atual constituição da república.....</b>	<b>42</b>
<b>3. Conceito de serviço .....</b>	<b>45</b>
<b>4. Classificação do Doutrinária do ISS .....</b>	<b>46</b>
<b>5. IPI X ICMS X ISS .....</b>	<b>49</b>
<b>6. O artigo 9º do Decreto-lei 406/68 – Base de Cálculo Diferenciada.....</b>	<b>52</b>
6.1. Profissionais Autônomos .....	54
6.2. Sociedades de Profissionais .....	55
6.3. Atividade Notarial e de Registro Público- Não Aplicação do Regime de Tributação Fixa.....	57
<b>7. A Lei Complementar 116/03 .....</b>	<b>59</b>
7.1. Fato Gerador – Aspecto Material e temporal.....	61
7.1.1. Aspecto Material.....	61
7.1.2. Aspecto Temporal .....	63

7.1.3.	Atividade Preponderante do Prestador .....	65
7.1.4.	Serviços Provenientes do Exterior do País .....	66
7.1.5.	Exceções – incidência do ICMS sobre as mercadorias em operações mistas.....	67
7.1.6.	Utilização de bens e serviços públicos .....	69
7.1.7.	Denominação do Serviço .....	70
7.2.	Da não incidência do imposto .....	71
7.3.	Fato Gerador – aspecto Espacial .....	74
7.4.	Conceito de estabelecimento prestador de serviço .....	82
7.5.	Fato Gerador – aspecto Pessoal.....	84
7.5.1.	Contribuinte .....	84
7.5.2.	Responsável Tributário .....	86
7.5.3.	Responsabilidade e Repetição de Indébito.....	87
7.6.	Fato Gerador – Aspecto Quantitativo.....	89
7.6.1.	Base de Cálculo .....	89
7.6.2.	Alíquota .....	96
7.7.	A lista de Serviço Anexa à Lei Complementar 116/03.....	97

### CAPÍTULO III

#### IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU ..... 119

1.	Brevíssimo Histórico.....	119
2.	O IPTU na constituição .....	119
2.1.	Progressividade do IPTU.....	120
2.1.1.	Progressividade Extrafiscal do IPTU .....	120
2.1.2.	Progressividade Fiscal do IPTU .....	125
2.2.	Discriminação de alíquotas por localização ou uso .....	129
2.3.	Imunidades .....	131
2.3.1.	Imunidade Recíproca.....	131
2.3.2.	Templos de Qualquer Culto.....	134
2.3.3.	Partidos políticos, entidades sindicais e instituições sem fins lucrativos.....	135
3.	Fato gerador – aspecto material .....	137
3.1.	Bens Imóveis.....	138
3.2.	Propriedade, Domínio Útil e Posse .....	138
3.3.	Zona Urbana .....	141
4.	Fato gerador – aspecto pessoal .....	142
4.1.	Contribuintes.....	143
4.2.	Responsáveis Tributários.....	146
4.2.1.	Responsabilidade do adquirente de bens imóveis.....	148
4.3.	Sujeito Ativo.....	150
5.	Fato gerador – aspecto temporal .....	151
6.	Fato gerador – aspecto quantitativo .....	152
6.1.	Base de cálculo .....	152
6.1.1.	Atualização da base de cálculo .....	155

## SUMÁRIO

6.2.	Alíquota.....	156
7.	Lançamento .....	158
8.	Classificação doutrinária.....	158
9.	Jurisprudência .....	159
9.1.	Contribuintes.....	159
9.2.	Lançamento .....	160
9.3.	Progressividade e seletividade do IPTU.....	160
9.4.	Atualização da base de cálculo .....	160
9.5.	Imunidade Recíproca .....	160
9.6.	Imunidade Religiosa .....	161
9.7.	Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais e instituições sem fins lucrativos .....	161

### **CAPÍTULO IV**

#### **IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO – ITBI (OU ITIV)..... 163**

1.	Brevíssimo Histórico.....	163
2.	O ITBI na Atual constituição federal.....	164
3.	Conceitos de Direito Privado utilizados no art. 156, II, da CF/88.....	166
4.	Classificação Doutrinária do ITBI .....	172
5.	ITBI x ITCMD.....	173
8.	Lei Complementar – CTN arts. 35 a 42 .....	174
9.	Fato Gerador – aspecto Material.....	176
7.1.	Domínio Útil.....	180
7.2.	Partilha na Sucessão ou Separação Judicial e Divórcio.....	181
8.	Da não incidência do imposto.....	182
8.1.	Imunidades Específicas do ITBI.....	182
8.1.1.	Imunidade da integralização de capital social .....	182
8.1.2.	Imunidade da transmissão decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica .....	183
8.1.3.	Imunidades da transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária .....	185
8.1.4.	Imunidades Gerais .....	185
8.2.	Não Incidência Pura e Simples .....	188
9.	Fato Gerador – Aspecto Temporal.....	190
10.	Fato Gerador – Aspecto espacial .....	192
11.	Fato Gerador – Aspecto Pessoal.....	192
12.	Fato Gerador – Aspecto Quantitativo .....	193

### **CAPÍTULO V**

#### **TAXAS DE SERVIÇOS E TAXAS DE POLÍCIA..... 201**

1.	As taxas na constituição.....	201
2.	Fato gerador – Aspecto material .....	204
2.1.	Taxas de Polícia .....	204
2.2.	Taxas de Serviço .....	207
2.2.1.	Especificidade e Divisibilidade .....	208
2.2.2.	Utilização efetiva ou potencial .....	210
2.2.3.	Taxas de serviço vs. preços públicos (tarifas) .....	211
2.3.	Fato gerador de taxa vs. de imposto .....	213
3.	Fato gerador – aspecto pessoal .....	214
3.1.	Contribuintes.....	214
3.2.	Responsáveis Tributários.....	215
3.3.	Sujeito Ativo.....	215
4.	Fato gerador – aspecto temporal .....	216
5.	Fato gerador – aspecto espacial .....	217
6.	Fato gerador – aspecto quantitativo .....	217
6.1.	Base de cálculo .....	218
7.	Classificação doutrinária.....	220
8.	Jurisprudência .....	221

## CAPÍTULO VI

<b>CONTRIBUIÇÕES .....</b>	<b>223</b>
A. Contribuição de Melhoria .....	223
1. A Contribuição de Melhoria na atual constituição da República.....	223
2. Os dispositivos infraconstitucionais que regem a contribuição de melhoria. ....	224
2.1. Limite total e limite individual .....	225
2.2. Requisitos Mínimos para instituição da cobrança da contribuição de melhoria.....	227
3. Contribuição de Melhoria x Taxas .....	229
4. Fato Gerador – Aspecto Material .....	230
5. Fato Gerador – Aspecto Temporal.....	234
6. Fato Gerador – Aspecto Espacial .....	235
7. Fato Gerador – Aspecto Pessoal.....	236
8. Fato Gerador – Aspecto Quantitativo .....	237
8.1. Base de Cálculo. ....	237
8.2. Alíquota.....	242
B. Contribuição para Custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais.....	243
C. Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública – COSIP .....	246
1. Brevíssimo Histórico .....	246
2. A contribuição para o Serviço de iluminação pública na constituição.....	247
3. Natureza Jurídica da COSIP.....	248
4. Principais características da COSIP.....	249
5. Jurisprudência .....	251

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>253</b>
---------------------------	------------